

# NOVA DIRETORIA ASSUME EM RITMO DE DATA-BASE

No mês de maio, em meio à campanha salarial pela data-base 95, foi empossada a 13a. diretoria da Adunicamp. Nesta edição apresentamos matéria sobre a solenidade de posse e reproduzimos, na íntegra, o discurso de posse do Professor Luís Carlos Guedes Pinto, o novo Presidente. O Cruesp, após um período de 8 meses sem agendar reuniões com o Fórum das Seis Entidades, realizou reunião onde propôs reajuste de 10% no mês de data-base e não apresentou proposta de política salarial, argumentando a necessidade de aguardar a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado para 1996. Esta lei foi votada pela Assembléia Legislativa no dia 30 de junho, praticamente congelando o orçamento das Universidades. Em junho não houve reajuste. Leia no Editorial um resumo destes fatos.



HELIO SOLTVA

A nova Diretoria da ADUNICAMP, no dia da posse.

## NESTA EDIÇÃO

*Adunicamp promove mesa-redonda sobre Política Econômica*

Página 4

*Aprovado no Senado o Projeto de "Lei das Patentes"*

Página 5

*Entrevista com o professor Mohamed Habib*

Página 6 e 7

## TEMAS DE ARTIGOS

*Os novos rumos da L.D.B.*

Página 8

*O Plano Real "Numa conversa ao por do sol"*

Página 9

*As reformas de FHC e a questão energética*

Páginas 10 e 11

## E DITORIAL

# DATA-BASE 95 E LDO PARA 1996

Desde o início da vigência da moeda Real, os salários dos professores e funcionários das universidades estaduais paulistas tiveram crescimento superior ao IPCR, estipulado como índice de reposição pela política do governo federal. A insatisfação dos professores e funcionários com o reajuste oferecido pelo CRUESP na data-base não é, entretanto, desprovida de razão. Antes, é baseada na experiência concreta, do dia-a-dia, com nosso real poder de compra, e corroborada pelas análises econométricas empregando qualquer índice de inflação existente, desde que se leve em conta a perda de poder aquisitivo associada à gravíssima aceleração inflacionária que precedeu o fim do Cruzeiro Real, bem como na conversão para o Real.

Não é demais reiterar que os reajustes que obtivemos no segundo semestre do ano passado foram frutos da política salarial estabelecida no comunicado 09/94 do CRUESP, consequência da greve de maio e junho do ano passado. Mas estiveram aquém daquilo que nos era devido pela letra do comunicado. As planilhas com que o CRUESP demonstra o comprometimento do orçamento das universidades (ICMS) com a folha salarial convergindo para 85% foram construídas segundo o conceito de fluxo de caixa, e assim distintas das tradicionais planilhas baseadas no conceito de regime de competência, que computam a arrecadação no fechamento do mês (expressão textual do comunicado 09/94). Por esta planilha, o CRUESP ficou nos devendo aproximadamente 12% de ajuste retroativos a dezembro de 94.

O reajuste de 10% na data-base leva a um comprometimento do orçamento com a folha salarial, neste primeiro semestre de 95, de 83%, significativamente inferior aos 85% da mesma época em 94 ou os 87% do mesmo período em 95. (Referindo-nos sempre à planilha em regime de competência, posto que a comparação de índices em planilhas distintas não é academicamente aceitável, como temos tentado ensinar ao CRUESP). Portanto há espaço para um reajuste bem maior que os 10% na data-base, mas há uma clara e explícita estratégia do CRUESP de diminuir o nível de comprometimen-

to da folha com salários mesmo antes da efetiva recuperação dos níveis salariais reais de janeiro de 89.

Neste contexto, é muito preocupante a inexistência de uma política salarial definida, com metas quantitativas claras. Afinal, foi a política salarial objetiva do comunicado 09/94, apesar das ressalvas acima, que evitou um aprofundamento do arrocho salarial.

Por fim, a pauta de reivindicações votada nas assembleias de professores e funcionários das três universidades e do Centro Paula Souza envolvia vários outros itens, muitos dos quais ficaram sem qualquer resposta. Na reunião de 11/05/95 o Presidente do CRUESP comprometeu-se a entregar a resposta a todos os itens por escrito ao Forum das Seis, e nada foi enviado até o momento em que este editorial é escrito.

Notemos também que várias de nossas reivindicações não envolviam gastos financeiros das universidades. É o caso, por exemplo, de nossa reivindicação de transparência administrativa e orçamentária, com a publicação de balancetes mensais dos gastos das universidades.

Também não implica em gastos das universidades nossa reivindicação de um posicionamento do CRUESP acerca da reforma constitucional em andamento. Esta reforma nos toca diretamente na questão das aposentadorias e demais direitos trabalhistas. Toca-nos também, de forma mais sutil, na questão das "flexibilizações" dos monopólios estratégicos e das privatizações. Isto porque a grande maioria dos recursos para pesquisa em ciência e tecnologia provém de fundos públicos: das agências de fomento à pesquisa, por um lado, e por outro do fato de que as empresas estatais como Petrobrás e Telebrás investem proporcionalmente muito mais em desenvolvimento de ciência e tecnologia nas universidades do que as empresas privadas nacionais e multinacionais no Brasil. Como o projeto em andamento é tão desestatizante quanto desnacionalizante, a ciência e a tecnologia brasileiras tendem a ficar nas mãos das empresas multinacionais, que tem na aquisição de "royalties" um mecanismo privilegiado de transferência de lucros para suas matrizes.

É relevante lembrar que o Reitor da Unicamp, Prof. Martins, mostrou-se preocupado com a questão previdenciária num importante artigo para a Folha de

São Paulo, bem como em reunião com a antiga diretoria da Adunicamp. Na reunião CRUESP/Forum de 11/05 o Reitor da Usp, Prof. Fava, também se mostrou preocupado com a necessidade de garantir os recursos públicos para ciência e tecnologia, ainda que sem questionar o processo de privatização.

Finalmente, é preciso fazer uma menção à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1996, aprovada pela Assembleia Legislativa com base em projeto encaminhado pelo Executivo. O texto aprovado prevê a destinação de 9,57% do ICMS arrecadado para as universidades (mesmo percentual de 1995), limitado, porém, em termos reais, o que foi realizado em 1995, acrescido de 25% do que foi arrecadado a mais, tento como base os 9,57%. Na prática, isto significa um quase congelamento e uma redução significativa da participação das Universidades Estaduais Paulista no orçamento do Estado. Um simples exercício é suficiente para demonstrar que se houver um aumento de 10% na arrecadação, a parcela que cabe às universidades reduz-se para 8,92% do ICMS!

Na medida em que o custeio da universidade cresce inevitavelmente em decorrência das promoções, dos concursos, da incorporação de quinquênios, sextas partes e outras vantagens, além das aposentadorias que geram a necessidade de novas contratações e que aumentaram acentuadamente em decorrência da forma equivocada com a qual o tema vem sendo conduzido pelo Governo Federal, é fácil perceber a gravidade da situação. Mas grave ainda, todavia, foi a impressão deixada pelos representantes do Governo do Estado que foram à Assembleia Legislativa, com vistas a reduzir os recursos destinados às universidades. Tudo indica que, no próximo ano, novas e maiores pressões serão exercidas neste mesmo sentido. Esta a razão pela qual consideramos a LDO aprovada para 1996 o **Início do Fim da Autonomia**. Se não nos organizarmos e nos prepararmos em defesa da Universidade, a partir de agora, não temos dúvida que isso ocorrerá.

Concluindo, desejamos recordar ao CRUESP a necessidade urgente de constituir-se a Comissão Mista para a formulação da futura política salarial, de acordo com os termos do ofício de seu Presidente, dirigido às entidades de docentes e funcionários em 01/06/95.

## CARTA

### □ Para que não se esqueça da história

#### Colegas:

Lendo o Jornal da ADUNICAMP (abril/95), lamentamos não termos podido participar, como docentes, da justa homenagem prestada pelos funcionários técnico-administrativos à gestão das profs. Maria Cecília M.P.Lima e Maria Elizabeth Gaspareto. Entretanto, nossa homenagem evocaria o **trabalho coletivo** de docentes e funcionários que, já durante nossa gestão, tornou possível, inclusive, a legalidade da escolha, para coordenação do CEPRE, de uma docente DEER. Vale lembrar que foi uma conquista do grupo uma vez que, na época, o cargo era de confiança do diretor da FCM. Por isso não vemos sentido em personificar períodos no CEPRE, antes ou depois de uma única pessoa, já que, falamos aqui, de uma história tecida coletivamente.

Assim sendo, o processo de institucionalização foi nossa maior responsabilidade e conquista. Quem não se lembra das comissões e exaustivas reuniões ou, até mesmo, que éramos um **Centro de Reabilitação**?

Nossos esforços foram reconhecidos fora do próprio CEPRE e, com a reconquista do respeito e credibilidade externas, conseguimos:

- 1) criação formal do CEPRE como centro de ensino, pesquisa e assistência;
- 2) contratação de 02 doutores quando, na época, esta era uma impossibilidade para o CEPRE;
- 3) as 10 primeiras bolsas junto à FUN-DAP que regularizaram a situação dos alunos de graduação que, no CEPRE, realizavam seus estágios. A avaliação positiva que obtivemos resultou no aumento de nossa cota de bolsas no ano seguinte;
- 4) aprovação do primeiro curso de **Especialização** (lato sensu) do CEPRE, com duas turmas já formadas;
- 5) remuneração para cargos de chefia;
- 6) aprovação de 08 convênios, entre os quais, 03 com universidades (UFSCar, Puccamp, e UPFI), objetivando a formação de alunos de graduação em nossa área;
- 7) aprovação de intercâmbios com departamentos da FCM que, através da integração de projetos de pesquisa, ampliou as possibilidades de ingresso dos docentes do CEPRE na pós-graduação;
- 8) representação docente na Congregação de FCM: conquista política decorrente da própria institucionalização.

Com referência a carta enviada ao Jornal da ADUNICAMP há de se dizer aqui que, até onde sabemos, nenhum dos docentes de nossa área foi consultado ou participou de sua elaboração.

Obviamente concordamos em homenagear a atuação das profs. Maria Cecília e Maria Elizabeth. Discordamos porém, que para fazê-lo, tenhamos que negar a história coletiva que a possibilitou.

*Carta encaminhada ao Jornal da Adunicamp pelas professoras Cleide Gagliardi e Regina M. de Souza do Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação "Prof. Gabriel Porto" - CEPRE*

## EXPEDIENTE

**Diretoria:** Luís Carlos Guedes Pinto - *Presidente*; Ítala D'Ottaviano - *1º Vice-Presidente*; José Luiz Antunes O. Sousa - *2º Vice-Presidente*; Lúcia Pereira da Silva - *1ª Secretária*; Sílvia Azucena Nebra de Pérez - *2ª Secretária*; Marcela Haun - *1ª Tesoureira*; Marlene Rita de Queiroz - *2ª Tesoureira*; Lino Castellani Filho - *Diretor Administrativo*; José Ricardo Figueiredo - *Diretor Cultural*; Helena Costa Lopes de Freitas - *Diretora de Imprensa*.

**Adunicamp - Associação de Docentes da Unicamp:** Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - fone: (0192) 39-1148 - **Jornal da Adunicamp Agosto/1995:** Edição: Jornalista Marcos Cripa; Edição eletrônica: Lettera - (0192) 42-9880; Tiragem 4.000 exemplares; Distribuição Gratuita. Nota: Esta edição contou com a colaboração dos professores Carlos Rodrigues de Sousa (FEE) e José R. Figueiredo (FEM). Em sua fase inicial participou também a jornalista Márcia Maria Fantinatti.

**POSSE****EMPOSSADA NOVA DIRETORIA DA ADUNICAMP**

MÁRCIA FANTINATTI

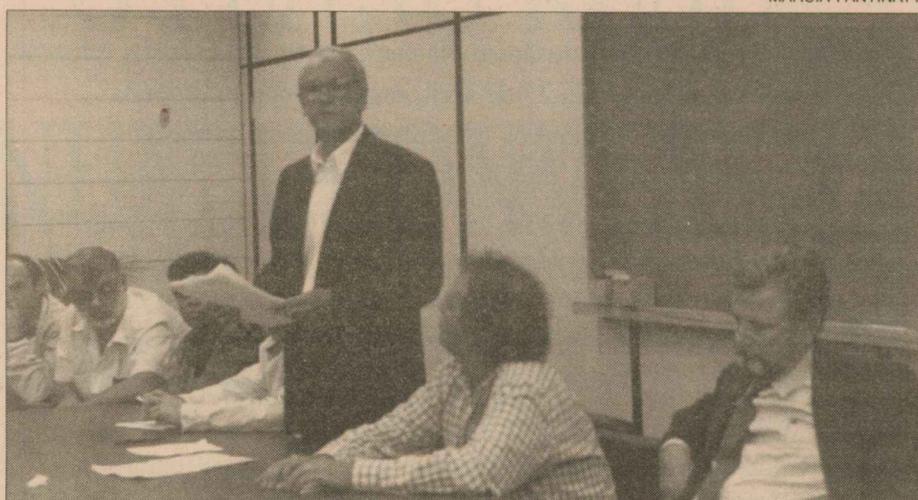
**A** nova diretoria da Adunicamp, eleita nos dias 17, 18 e 19 de abril, foi empossada em solenidade realizada na tarde de 19 de maio, na Sala de Defesa de Teses da Faculdade de Engenharia Mecânica.

O professor da Faculdade de Engenharia Mecânica, José Ricardo Figueiredo, que presidia a Adunicamp desde novembro de 93, transmitiu o cargo ao professor Luís Carlos Guedes Pinto, do Instituto de Economia, o qual, após apresentar os demais componentes da nova diretoria, proferiu seu discurso de posse (lei a íntegra nesta edição).

Dezenas de associados compareceram à cerimônia, entre os quais, diversos diretores de Unidades e Pró-reitores e o Vice-reitor. Representantes das entidades: STU, DCE, APG, Adunesp, Sintunesp, Sintusp, Sinteps, Apropucc e Andes-SN estiveram presentes compondo a mesa, que contou também com o professor universitário e deputado estadual Ivan Valente (PT) e o vereador por São Paulo, Odilon Guedes (PT), irmão do novo presidente da Adunicamp.

Fato inédito na história da Adunicamp, a posse foi prestigiada pela presença do Reitor da Universidade, o professor José Martins Filho. Como as Universidades Estaduais encontravam-se em plena campanha salarial pela data-base e o reitor da Unicamp é o atual Presidente do Cruesp, este não pode escapar às críticas e questionamentos, presentes quase que na totalidade das falas dos componentes da mesa da solenidade.

“Estamos em janeiro de 89”, repetia o Reitor, insistindo que houve recuperação



O professor Guedes, novo presidente da ADUNICAMP, quando discursava, no dia da posse

de perdas históricas - relativas a janeiro de 89 - e tentando rebater as críticas dirigidas principalmente à proposta dos Reitores de reajuste de 10% na data-base e à indefinição de uma política salarial.

Entretanto, nem só os assuntos relativos à data-base tiveram vez na posse. As falas remeteram-se invariavelmente aos riscos da aprovação das reformas constitucionais do governo FHC para o país, e também o momento crítico pelo qual passam as Universidades Estaduais Paulistas frente ao projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) enviado pelo Governo do Estado à Assembléia Legislativa, que compromete gravemente a autonomia universitária.

Terminada a solenidade de posse, seguiu-se comemoração no Restaurante do Lago.

Enviaram cumprimentos à diretoria, pela posse, as seguintes personalidades e entidades: Paulo Renato Souza, Ministro da Educação; Adib Jatene, Ministro da Saúde; Eduardo Suplicy, Senador; Deputados Federais José Aristodemo Pinotti e

Maria da Conceição Tavares; Deputados Estaduais Hamilton Pereira, Jamil Murad, Jayme Gimenez, José Baccarin, José Carlos Tonin, José Pivatto, Luiz Carlos da Silva (1º Secretário), Maria Lúcia Prandi, Nivaldo Santana, Renato Simões e Rui Falcão; Arly de Lara Romêo, vereador; Emerson Kapaz, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; Roberto Leal Lobo e Silva Filho, da Finep; Flávio Fava de Moraes, Reitor da Usp; José Tadeu Jorge, Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário da Unicamp; Fernando Ferreira Costa, Diretor da FCM; Fernando Galembeck, Diretor do IQ; Rubens Maciel Filho, Diretor da FEQ; Evaristo Marzabal, Diretor da Esalq; Adusp - S. Sind; Adfatec; Andes-SN; Assoc. dos Docentes da Escola Paulista de Medicina; Sinpro; Abra (Assoc. Brasileira de Reforma Agrária); Contag e Conselho Federal de Medicina.

*Leia pronunciamento do novo presidente da Adunicamp na página 12.*

### A DIRETORIA DA ADUNICAMP EMPOSSADA EM 19 DE MAIO:

**Presidente** - Luís Carlos Guedes Pinto - Instituto de Economia

**1º Vice-Presidente** - Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**2º Vice-Presidente** - José Luiz Antunes de Oliveira e Sousa - Faculdade de Engenharia Civil

**1º Secretário** - Lúcia Pereira da Silva - Instituto de Biologia

**2º Secretário** - Silvia Azucena Nebra de Pérez - Faculdade de Engenharia Mecânica

**1º Tesoureiro** - Marcela Haun - Instituto de Biologia

**2º Tesoureiro** - Marlene Rita de Queiroz - Faculdade de Engenharia Agrícola

**Diretor Administrativo** - Lino Castellani Filho - Faculdade de Educação Física

**Diretor de Imprensa** - Helena Costa Lopes de Freitas - Faculdade de Educação

**Diretor Cultural** - José Ricardo Figueiredo - Faculdade de Engenharia Mecânica

**MAIORIDADE****Adunicamp completa 18 anos**

A posse da 13ª diretoria da Adunicamp aconteceu no mês em que a entidade completa 18 anos de existência.

Numa assembléia realizada a 12 de maio de 1977, nascia a Associação de Docentes da Unicamp, cuja ata de fundação foi assinada por 370 dos cerca de 900 componentes do corpo docente da Universidade à época. Tendo surgido sob a ditadura militar, e num momento em que a sindicalização era proibida aos servidores públicos, a Adunicamp teve desem-

penho notável, desde o início de sua trajetória, na defesa da democracia e da universidade pública. Teve papel destacado na resistência à intervenção malufista, em 81, e tem se caracterizado como uma presença marcante em todos os momentos decisivos da vida universitária. O perfil da entidade tem se caracterizado pela intensa jornada de lutas e conquistas em busca da melhoria salarial, bem como das condições de trabalho dos docentes, além da defesa constante da qualidade do ensino,

pesquisa e extensão da universidade.

A atual diretoria assume a direção da entidade tendo pela frente desafios próprios da “maioridade”, como por exemplo a discussão em torno da transformação da Adunicamp em seção sindical da Andes-SN. Por outro lado, no período de um ano e meio de duração do mandato, segundo os estatutos, os novos diretores firmaram compromisso no sentido de “(...) sem descuidar das condições que consideramos indispensáveis para a realiza-

ção de nossos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão - em especial salários compatíveis com a dedicação integral e exclusiva - nossa preocupação vgel muito além das questões que envolvem as relações de trabalho dos docentes com a Universidade. O próprio nome da Chapa, Universidade e Sociedade, revela nossa inquietação no sentido de colocar a Unicamp, cada vez mais, a serviço daqueles que a mantém (...),” segundo trechos da carta-programa com a qual foram eleitos.

## MESA REDONDA

# CONJUNTURA ECONÔMICA E REFORMA CONSTITUCIONAL

### Oswaldo Sevá Filho:

“A situação da matriz energética brasileira, para usar uma expressão que vai se tornando conhecida aos poucos, é uma situação relativamente folgada porque nós temos 60% das nossas fontes de energia vinda dos rios e da vegetação. Se somarmos as hidrelétricas, o canavial que produz bagaço e álcool, e somarmos os eucaliptais e as matas nativas que produzem lenha e carvão vegetal, chegamos a 60% da nossa energia, os outros 40% são petróleo e carvão, um pouquinho de urânio, que é gasto na central nuclear de Angra I. Temos uma situação muito confortável, se pensarmos que a França, por exemplo, tem 70% de sua eletricidade de origem nuclear; que todos os países da Europa têm uma dependência fantástica com relação a carvão mineral, a petróleo.

Nossa situação, em princípio, seria boa. Em princípio. Só que as coisas funcionam super mal, existe um gasto, um desperdício, uma ineficiência generalizada no setor.”

### Ricardo Antunes:

“Penso que na Reforma Constitucional - no novo embate, desta segunda tentativa de Reforma Constitucional - dependendo do leque de forças predominantes no sentido de reformar a Constituição, alguns desses elementos que minimamente preservam direitos do trabalho hoje, serão atingidos.”

“A flexibilização produtiva supõe a desregulamentação dos direitos do trabalho de forma arrasadora, a ponto do outrora conhecido como “Bob Fields”, hoje Roberto Campos, escrever um artigo no domingo passado, dizendo que - vejam bem!!! - *‘justiça social é uma coisa que não tem sentido; não tem sentido porque bons são aqueles que ficam, que enriquecem, os que não conseguem se enriquecer, são os incapazes, são os ruins’*.”

### Luís Carlos Guedes Pinto:

“É uma falsa discussão essa de que o Estado não deve interferir. O Estado está presente no mundo todo, é inegável! essa intervenção no processo econômico. E além dessa intervenção, dessa regulação, em alguns países, algumas sociedades - e não estou falando de sociedades socialistas, não - em mui-



Adunicamp, em alusão ao dia nacional de luta contra a reforma constitucional - dia 27 de abril, realizou a mesa-redonda “Conjuntura Econômica face às propostas de Reforma Constitucional”. A mesa-redonda contou com a presença dos professores A. Oswaldo Sevá Filho, da Faculdade de Engenharia Mecânica; Aloísio Mercadante e Luís Carlos Guedes Pinto, do Instituto de Economia; Ricardo Antunes e Sérgio Silva, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e foi coordenada por José Ricardo Figueiredo, da Faculdade de Engenharia Mecânica e presidente da Adunicamp à época.

Foi realizada no Auditório do Instituto de Estudos da Linguagem a partir das 10:00 horas, com exposição dos participantes e seguida de um debate, estendendo-se até às 13:00 horas. Cerca de 70 pessoas estiveram presentes.

O debate foi marcado pela apresentação de visões complementares entre si. Oswaldo Sevá concentrou sua fala na questão energética à luz das reformas de FHC, sobretudo as relacionadas ao petróleo. O impacto das reformas constitucionais propostas pelo atual governo sobre os direitos do trabalho foi uma das mais marcantes preocupações presentes no discurso de Antunes. Guedes expressou sua preocupação com o papel a ser desempenhado pelo Estado no processo de desenvolvimento econômico, social e político. Mercadante falou sobre o Plano Real, explicando por que se trata de uma política econômica insustentável, procurando explicitar os efeitos nefastos do “ajuste neoliberal” à economia de outros países latinoamericanos. Analisar a concepção geral das reformas através de uma visão histórica sobre a tradição brasileira foi a forma escolhida por Sérgio Silva para expor suas idéias. Destacamos, nesta página, alguns trechos da fala dos debatedores.

MÁRCIA FANTINATTI



Participantes discutem a Conjuntura Econômica e Reforma Constitucional

tas sociedades, por exemplo, da Europa Ocidental, em muitos países, o Estado vai além; além de regular a atividade econômica, ele também intervém diretamente através da produção e distribuição de bens e de serviços. Acho que a questão central, no caso específico brasileiro, que deve ser discutida e que antecede é: qual o papel do poder público (no caso, o Estado) que deve ser

desempenhado, pensando na construção de uma nova sociedade, numa sociedade mais democrática, uma sociedade em que haja igualdade de oportunidades, que reduza as desigualdades sociais, em que todos possamos participar das decisões que afetam o nosso futuro, ou seja, de um efetivo processo de desenvolvimento econômico, social e político.”

### Aloísio Mercadante:

“O Plano Real, que começa com reservas cambiais da ordem de quarenta e três bilhões de dólares, hoje deve ter algo próximo a vinte e seis, vinte e cinco bilhões de dólares de reserva. Essa política econômica é insustentável! O governo faz uma pequena correção, tenta uma desvalorização do Real - desastrosa - e não consegue fazer; desvaloriza em 7% o Real, é insuficiente com o atraso cambial que o país tem e, em seguida faz a taxação das importações de bens de consumo, para tentar, pelo menos, diminuir o tamanho do déficit, mas também uma medida relativamente incapaz de reverter esse quadro. Por que? Porque os bens de consumo que estão sendo taxados são apenas 20% da pauta de importações; segundo porque a receita não tem como controlar as importações. Então, as importações estão sendo feitas com preços abaixo do preço de mercado, que diminui o peso dos impostos.”

### Sérgio Silva:

“A separação que existe entre um senhor de escravos e um escravo era muito menor do que a separação e as diferenças entre um dirigente e talvez um intelectual hoje e a massa da população. Nós hoje sabemos muito menos sobre o pensamento, os valores e a vida real da massa da população e estamos mais distantes - inclusive, muito mais distantes fisicamente - e temos um modo de vida muito mais distante do que o senhor de escravos tinha de um escravo, do que o senhor medieval tinha dos servos da gleba. Nós inclusive, caminhamos para simplesmente podermos não ter nenhum contato físico, não ver de forma alguma.”

“Acho que quando a Maria Antonieta ficou célebre pelo seu: “Se o povo não tem pão, por que não come brioques?”, era fundamentalmente uma ironia, um certo desprezo, mas um certo deboche. Hoje, os nossos dirigentes fazem propostas semelhantes e não é por ironia: eles acreditam nelas; eles estão inteiramente convencidos de que através de seus projetos, majoritários ou minoritários, formulados através do endeusamento, do encantamento da técnica, e tratando das questões mais gerais, eles vão resolver o problema do Brasil.”

## PATENTEAMENTO

# APROVADA A LEI DE PATENTES

**R**epresentando uma brutal derrota para a soberania do país, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, no dia 17 de maio, o Projeto de Propriedade Industrial do Senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Conhecida como Lei das Patentes, a nova lei irá substituir o Código de Propriedade Industrial, de 1971 - o qual não previa patenteamento de produtos farmacêuticos, alimentos, química fina e seres vivos. Estes tipos de produtos passam a ser patenteáveis pelo novo projeto de lei. Entende-se por patente o direito de exploração exclusiva concedido pelo Estado ao inventor de um produto ou processo tecnológico.

No texto aprovado pela Comissão, há pelo menos duas modificações em relação ao projeto original, que tramitava há quatro anos - desde

seu envio ao Congresso, em abril de 91, pelo então presidente Fernando Collor - tendo sido aprovado pela Câmara dos Deputados em junho de 93. A primeira modificação diz respeito ao fim do Pipeline (patente retroativa), ou seja, da retroatividade do direito de patente a produto já registrado no exterior, mas ainda não comercializado.

A segunda modificação é relativa ao patenteamento de microorganismos. No projeto original, seriam patenteáveis os microorganismos transgênicos (quer dizer, aqueles modificados em laboratório). De acordo com emenda do senador José Ignácio (PSDB-ES), o texto aprovado pela Comissão do Senado retirou do projeto a definição de microorganismo,

(retirou a expressão "transgênicos") estabelecendo que a conceituação deve ser feita por lei específica.

O projeto deverá ser discutido ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, indo, em seguida, a votação no plenário. Como houve alterações em relação ao projeto de origem, será discutido novamente pela Câmara.

O texto aprovado pelo Senado fere frontalmente o Tratado da Biodiversidade e é ainda mais servil aos interesses externos do que previa o próprio acordo com o Gatt. O governo norte-americano vem mantendo as ameaças de retaliação ao Brasil, em vista da demora na aprovação. Contudo, o resultado já é previsto: a lei terá as feições desejadas pelos EUA.

Para o Brasil, as consequências serão aquelas já fartamente difundidas pelas organizações não-governamentais: a Lei de Propriedade Industrial estará permitindo o patenteamento de todas as formas de vida, não excluindo o próprio homem; privatizando e monopolizando a

reprodução de todos os seres vivos, inclusive os que são utilizados como matérias-primas para a indústria; permitindo a monopolização e internacionalização da agro-indústria que representa 40% do PIB; permitindo

a monopolização e provável desnacionalização da produção de energia através da biomassa, de importância estratégica; permitindo a monopolização da produção de alimentos industrializados; decretando o monopólio para medicamentos, encarecendo a assistência farmacêutica pública e ameaçando a indústria nacional; impedindo o livre uso do conhecimento com conseqüente inviabilização do desenvolvimento científico e tecnológico nacional; dificultando pesquisas pois produtos e processos estarão monopolizados através das patentes. O desemprego em alta escala será conseqüência certa de todas essas alterações provocadas pela nova Lei.

**"O texto aprovado pelo Senado fere frontalmente o Tratado da Biodiversidade e é ainda mais servil aos interesses externos do que previa o próprio acordo com o Gatt"**

## ADUNICAMP INTEGROU FÓRUM CONTRA LEI DE PATENTES

A Adunicamp acompanhou de perto a tramitação do projeto de Lei de Patentes, trabalhando junto ao Fórum Pela Liberdade do Uso do Conhecimento - Fluc, pela retirada do Projeto de Lei do Congresso.

Integrou esse Fórum desde a sua criação, participando ativamente de sua luta. Entre as principais ações, destacamos as seguintes:

- ✓ Realizou, em conjunto com outras entidades, Seminário sobre o PL 824/91 (Lei das Patentes), na Unicamp, em 28 de maio de 92, o qual deu origem a manifesto conhecido por "Carta de Campinas", e criou a Seção Campinas do Fluc;

- ✓ Produziu boletins especiais da Adunicamp sobre o PL das Patentes, destacando os riscos da aprovação do mesmo;
- ✓ Elaborou o Caderno de Debates da Adunicamp, número 7, "A Lei de Propriedade Industrial em debate", em julho de 92, onde personalidades do meio político e da comunidade científica e tecnológica posicionavam-se acerca do projeto de Lei das Patentes;
- ✓ Através do Conselho de Representantes, deliberou levar o assunto a discussão em Congregações de nossa Universidade, sendo que o Conselho Universitário, em sua reu-

- não de 29 de setembro de 92, aprovou a seguinte moção: "O assunto é obviamente muito delicado, por requerer atenção especial à proteção dos direitos de criação intelectual, que todos nós como pesquisadores exigimos, e por afetar diretamente a soberania do país e a competitividade de seus produtos";
- ✓ Participou da campanha "chuva de aerogramas", que resultou no envio, no dia 24 de novembro de 92, de milhares de aerogramas de todo o Brasil ao Colégio de Líderes (Câmara dos Deputados), solicitando-lhes "(...) o pronunciamento contrário à aprovação do PL

824/91, que trata da Lei de Propriedade Industrial";

- ✓ Assinou a publicação, organizada pelo Fluc, de dois "Dossiês das Patentes". O primeiro em junho de 92 e o outro em fevereiro de 94, que reuniam relatórios e análises contra a aprovação do Projeto;
- ✓ Fez publicar, em conjunto com STU, Adusp, Sintusp, Adunesp e Sintunesp, matéria paga no Correio Braziliense, em 25 de abril de 95, sob o título "Carta aberta aos Senadores da República", que chamava a atenção para alguns dos aspectos mais preocupantes do Projeto de Lei de Patentes.

# ADUNICAMP ENTREVISTA O P

**M**ohamed Habib é professor do Departamento de Zoologia, do Instituto de Biologia da Unicamp. Ele concedeu entrevista ao Jornal Adunicamp, onde comenta a aprovação, no Senado, do Projeto de Propriedade Industrial, conhecido como Lei das Patentes. Mohamed teve intensa participação nas ações da Adunicamp e demais organizações não governamentais que se mobilizaram contra as patentes. Foi um dos coordenadores da Mesa do Seminário sobre Patentes realizado em maio de 92, na Unicamp, evento promovido pela Adunicamp em conjunto com outras entidades científicas e sindicais. Colaborou com a coordenação do Caderno de Debates no 7 da Adunicamp, que tratou do tema "Propriedade Industrial", publicado em julho de 92. Foi autor de artigos publicados pela grande imprensa, em que se posicionou contrário ao Projeto, por seus efeitos danosos à população e à soberania do país. Nesta entrevista, Mohamed fala das principais consequências, para o Brasil, da aprovação do Projeto de Lei das Patentes no Senado e das alternativas a serem buscadas pelas universidades no sentido de atenuar os efeitos mais nocivos.

**Jornal Adunicamp:** Professor Mohamed, o Projeto de Lei das Patentes, aprovado recentemente no Senado, introduz algumas modificações que afetam produtos farmacêuticos, alimentos e os microorganismos. De que maneira a população poderá ser afetada?

**Mohamed Habib:** No caso dos remédios, por exemplo, a partir do momento em que se impede a indústria farmacêutica nacional de desenvolver e comercializar os seus produtos, que se dá o direito exclusivo a uma determinada empresa - nacional ou não - de produzir e comercializar um produto no Brasil - e que é a única que tem o direito de estabelecer qual o preço desse produto - obviamente, os preços dos produtos monopolizados serão muito mais altos do que os atuais, que existem à base de concorrência e disputa de preços. Hoje há concorrência. Com a Lei das Patentes, não vai mais haver.

Isso vai levar à elevação dos preços dos medicamentos. E nisso, a população mais carente é que vai ser prejudicada. Por isso o governo militar, em seu último Código de Propriedade Industrial, de 1971, não admitia o patenteamento dos produtos farmacêuticos, para garantir acesso da população mais carente a esses produtos.

**Jornal Adunicamp:** Quais seriam as consequências para a área de alimentos?

**Mohamed Habib:** Eu acredito que os cultivos, os cultivos agrícolas, variedades de soja, coisas parecidas, provavelmente, não vão entrar nesta Lei das Patentes, porque têm uma lei própria para isto, a Lei dos Cultivos. Mas plantas manipuladas geneticamente vão entrar na Lei das Patentes. Quando eu invento, através da Biotecnologia, uma planta que tem capacidade de sintetizar uma determinada toxina, para que esta toxina mate uma determinada praga, esta planta já é minha. Eu sou dono, você não pode produzir sementes desta planta. Sou o único dono, vendo as sementes para o Brasil. O Brasil compra, cultiva, mas ele não pode produzir sementes para plantar depois, tem que ficar sempre comprando de mim. Sou o dono e estabeleço o preço que bem entender.

**Jornal Adunicamp:** Poderíamos dizer que patente é sinônimo de monopólio?

**Mohamed Habib:** Patente é um monopólio! Patente é um monopólio porque dá direito, exclusivo ao dono do produto, a comercializar e determinar seu preço. É monopólio.

**Jornal Adunicamp:** O texto aprovado no Senado modificou o item a respeito da patente de microorganismo, ou seja, não mais restringe o patenteamento a microorganismos transgênicos, aqueles modificados em laboratório. Que tipo de precedentes está se abrindo?

**Mohamed Habib:** Na passagem do projeto de lei da Câmara dos Deputados para o

Senado, simplesmente tiraram qual tipo de microorganismo deve ser patenteado. Isto é, o projeto original, do Ney Suassuna, previa patenteamento dos microorganismos alterados ou modificados geneticamente. O que foi aprovado no Senado não teve esse adjetivo, então ficou só microorganismo. Isso complicou mais ainda! Porque, se nós bobearmos, qualquer microorganismo encontrado na natureza poderá ser patenteado!

Esperando o surgimento de uma lei específica, de uma legislação específica para descrever que "raio", que tipo de microorganismo é este que pode ser patenteado, isto é, a falta de uma lei específica não vai impedir, não vai atrasar o patenteamento. Pode-se entrar com pedido de patenteamento, conseguindo patentear, embora ainda não exista a legislação que define, que dá o conceito de microorganismo.

Isto é uma coisa muito séria porque microorganismo pode envolver uma única célula do corpo, por exemplo, de um ser humano. Microorganismo pode incluir, neste caso, um óvulo, ou um esperma, pode até incluir um zigoto, é um microorganismo.

Sem o conceito estabelecido por lei, discutido com a população, pelo menos com a comunidade científica, o Brasil corre sérios riscos de não poder fazer uso dos seus próprios recursos naturais.

**Jornal Adunicamp:** E como fica, nesse caso, o tratado da Biodiversidade?

**Mohamed Habib:** O tratado da Biodiversidade é totalmente antagônico, tal o caso do Brasil, à Lei das Patentes que está sendo aprovada no Senado. Porque o tratado da Biodiversidade estabelece que os países mais desenvolvidos podem fazer uso da Biodiversidade existente em países menos desenvolvidos. Em troca disso, esses países mais desenvolvidos fariam duas coisas. A primeira: passar, em troca da Biodiversidade explorada, o conhecimento, o *know-how*, a experiência, a informação de como fazer uso dessa Biodiversidade. Isto é, passar para os países que têm a Biodiversidade, os conhecimentos referentes à Biotecnologia de exploração desses seres vivos, seja planta, seja microorganismo, seja um animal. Esse é o primeiro pré-requisito do tratado.

Segundo, é que esses países mais desenvolvidos invistam nos países que têm a Biodiversidade, em programas de preservação da Biodiversidade, para garantir a existência desse recurso natural por várias e várias gerações. Se não, um país entra e acaba com a Biodiversidade sem nenhum compromisso. Ai vem a próxima geração e não tem mais nada. O tratado da Biodiversidade, preocupado com esta questão de devastação, de exploração exagerada e não-recuperação, e

não-preservação do patrimônio genético da Biodiversidade, estabeleceu esta segunda exigência.

Com estas duas questões, a Lei das Patentes é totalmente antagônica, porque não garante a passagem do conhecimento; é totalmente o contrário, ela protege o dono do conhecimento e processa qualquer usuário desse conhecimento, se ele tentou usá-lo durante os vinte anos de vigência da patente. Então, são dois documentos totalmente antagônicos. O nosso Congresso Nacional dá o direito ao inventor, ao dono da patente, enquanto que o tratado internacional, assinado por mais de 100 chefes de Estado, patrocinado e promovido pelas Nações Unidas, tenta preservar o ambiente e tenta investir no desenvolvimento dos países menos desenvolvidos.

**Jornal Adunicamp:** O que essa lei representa, especificamente, para o desenvolvimento científico e tecnológico de nosso país? Como fica, agora, o trabalho das universidades, dos institutos de pesquisa? É um novo entrave?

**Mohamed Habib:** A partir do momento em que se começa a aceitar que o conhecimento seja propriedade de alguém, seja indivíduo, seja organização, você está permitindo, está estimulando a transformação das instituições de pesquisa, incluindo as universidades dos países menos desenvolvidos, simplesmente em laboratórios de prestação de serviço às grandes indústrias.

**Jornal Adunicamp:** E quais interesses estão por trás? Quem está sendo beneficiado?

**Mohamed Habib:** As multinacionais, as grandes indústrias. Às vezes, todo o trabalho científico, a busca de conhecimento, vai ser feito em seus países de origem. Nas etapas finais de desenvolvimento de produto, etapas finais de experimentação de produtos, de avaliação de eficiência de um medicamento poderá ser feita nos nossos países menos desenvolvidos, usando, inclusive, o próprio ser humano como cobaia e colocando os nossos pesquisadores em uma situação até delicada. E, com isso, transformam os laboratórios das instituições brasileiras e das universidades, simplesmente em laboratórios de prestação de serviço. Isso não é pesquisa. A pesquisa que eu entendo é gerar conhecimento, criar novas informações. E isso exige condições, exige recursos, exige liberdade de pesquisa. E nós não vamos ter esta liberdade de pesquisa com a instalação da Lei das Patentes. Nós não vamos ter recursos para sustentar as pesquisas, haja vista, hoje, o discurso dos nossos dirigentes, dizendo que a pesquisa nas universidades vai ter que depender dos recursos oriundos do setor privado e das indústrias. Eles já falam isto antes da Lei das Patentes, isto é, já estão abrindo as portas para que as universi-

"Vejo a Lei da  
como o início  
processo de  
ainda maior  
instituições de

**"Patente é um monopólio  
porque dá direito exclusivo  
ao dono do produto a  
comercializar e  
determinar seu preço"**

## VISTA

## PROFESSOR MOHAMED HABIB

ades sejam simplesmente laboratórios de prestação de serviço.

Isto é totalmente prejudicial ao desenvolvimento científico e tecnológico do país. Vejo a Lei das Patentes como o início de um processo de deterioração ainda maior das nossas instituições de pesquisa. O governo e os dirigentes das universidades precisam entrar com um projeto paralelo muito forte e imune às conseqüências negativas da Lei das Patentes, para que essas universidades não caiam no caos devido a essa Lei.

**Jornal Adunicamp:** E seria possível isto? Já alguma esperança nesse sentido?

**Mohamed Habib:** Sem dúvida nenhuma, para preservar a qualidade acadêmica e a excelência acadêmica das instituições, neste caso, nós temos que gastar muito mais energia do que numa situação normal. Agora, além das dificuldades comuns que nós sempre enfrentamos, ainda temos mais um fator, mais uma variável: a pressão internacional para impedir e dificultar o desenvolvimento nacional, para garantir que o Brasil permaneça apenas como fornecedor de matéria-prima e grande mercado de consumo dos produtos por eles industrializados. Isto vai nos levar a gastar muito mais energia, porque nós vamos lutar, agora, contra uma corrente mais forte ainda para tentar fazer das instituições de pesquisa, das universidades, as instituições responsáveis pelo desenvolvimento nacional.

É uma batalha, é uma luta muito mais difícil, mas nós temos que continuar nessa luta, porque o Brasil precisa realmente se erguer e sair desse estado ameaçador. Nós estamos em um país em desenvolvimento. Nós não queremos cair mais.

**Jornal Adunicamp:** Há um outro item que foi modificado do projeto original do Senado, que é com respeito ao *Pipeline*, quer dizer, a retroatividade do direito à patente, que era uma das principais reivindicações da indústria farmacêutica estrangeira. O que isso representa para a indústria nacional?

**Mohamed Habib:** São duas questões aqui envolvidas. O *Pipeline*, que continua no projeto, é o seguinte: os produtos considerados pelas multinacionais como produtos pirateados, isto é, se ainda uma multinacional tem um produto patenteado fora, não espirou ainda a sua vigência e o Brasil, um laboratório brasileiro, estiver produzindo este medicamento, este laboratório brasileiro terá que parar de produzir, ou terá que pagar a taxa para aquele laboratório, a partir do patenteamento do produto aqui no Brasil.

Exemplificando: um laboratório estrangeiro tem um produto patenteado lá fora e este produto está sendo produzido por um laboratório nacional (a lei atual permite isto). A partir da entrada em vigor da Lei das Patentes, este

laboratório estrangeiro teria o direito de patentear este produto aqui no Brasil. Patentado no Brasil, este laboratório nacional ou pára ou paga a taxa. Taxa que o outro vai decidir e não tem como pechinchar, não tem como negociar. Normalmente eles fecham os laboratórios. Isto é que é perigoso para o Brasil.

A segunda coisa envolvida, quando se fala de *Pipeline* e retroatividade, tem outro tipo de preocupação nossa, é o período de carência que precisa existir antes da Lei entrar em vigor, então o Gatt, o acordo do Gatt permite de 8 a 10 anos para o país se preparar. Para preparar o seu setor industrial nacional para enfrentar a concorrência das multinacionais. No caso brasileiro foi aprovado sem esse período de carência, isto é, a partir de quando a Lei entrar em vigor, estes laboratórios terão que enfrentar a situação sem nenhum preparo onde, mais uma vez, a maioria terá que fechar.

**Jornal Adunicamp:** Então a aprovação deste item entra em conflito com o documento do Gatt?

**Mohamed Habib:** Nem sequer aproveita a deixa que o Gatt dá para o Brasil.

**Jornal Adunicamp:** Foi mais servil do que precisava?

**Mohamed Habib:** Exatamente. Por exemplo a Argentina decidiu que aprova a Lei das Patentes, só que esta Lei vai entrar em vigor no ano 2003, depois de 8 anos, período de carência para o setor argentino nacional se preparar. Então eles têm 8 anos! Aqui no Brasil, é já a partir da sua aprovação. O Presidente sanciona a Lei e acabou! Pelo jeito, pela velocidade que está indo no Senado, acho que neste ano entra em vigor. Coloque no máximo um ano: pronto, não dá para ninguém se preparar. A Comunidade Européia recusou a questão da Biotecnologia na Lei das Patentes Européia. Por uma disputa puramente econômica, porque a Comunidade Européia não tem Biodiversidade como matéria-prima. Mas se representa uma disputa com os EUA, eles se recusaram ao patenteamento dos produtos Biotecnológicos: "Não, nós não vamos." E aqui nós temos a Amazônia, a Biodiversidade. Nós estamos dando de graça.

**Jornal Adunicamp:** Os parlamentares ligados ao setor agropecuário, ou seja, a chamada bancada ruralista vinha expressando uma tendência a não ajudar o governo a aprovar este projeto, mas acabou votando o projeto das Patentes. Essa atitude da bancada deve-se a que tipo de acordo?

**Mohamed Habib:** A bancada ruralista está lá para defender única e exclusivamente os interesses do grande poder econômico ruralista, ou rural. Não estão lá para defender interesse nacional, ou regional, ou continental, nada disso.

**Jornal Adunicamp:** Mas eles estavam sendo ameaçados, em seus interesses, pelos projetos de lei de patentes, não?

**Mohamed Habib:** Estavam, exatamente, mas eles, em troca de algum benefício, pro-

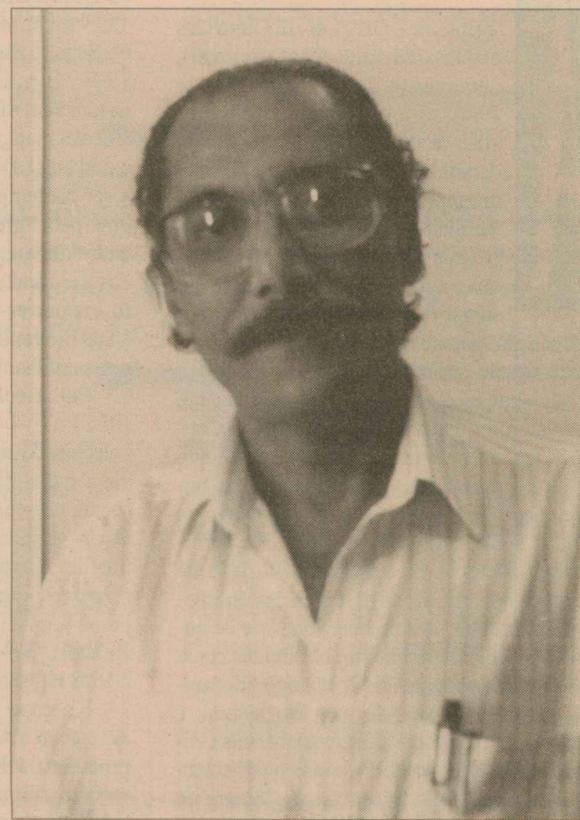
vavelmente, relacionado com o crédito rural, em troca de algum benefício relacionado a esta questão, acabaram permitindo, não só na Comissão de Constituição e Justiça, mas eu acredito que até no Plenário do Senado, também esta lei será aprovada com a mesma facilidade que teve na Comissão.

Seja na Comissão Econômica, onde o processo vai passar em seguida, seja no Plenário, a Lei vai ser aprovada com facilidade, em função dos acordos, não só com a bancada ruralista, mas também com a bancada dos Senadores do Partido PMDB, que a gente tinha uma grande esperança que este partido atuasse, vamos dizer, nesta questão. Mas infelizmente, parece que a força dele diminuiu bastante em função de acordos políticos, de cargos, de ministérios e de coisas parecidas, onde ainda o 2º escalão está para ser distribuído. Isto está sendo usado exatamente nestas negociações. É triste ver que o destino e o futuro do país estão sendo tocados exatamente neste nível de troca de favores, de cargos, de benefícios. Isto é, na realidade, o país não está sendo respeitado pelos representantes, não só no Senado, mas também na Câmara dos Deputados, onde a maior parte trabalha a partir de outros critérios, tem outros mecanismos de análise. Eles nos acusam de "idealistas" e se consideram os "realistas". Isto me foi dito lá, que as nossas manifestações só têm ideal, mas estão longe da realidade. A atuação deles, não: é uma atuação realista. Isto me foi dito em 1987, na discussão da Constituição, dito por um grande Senador, que hoje é governador do estado de S. Paulo. Nós somos idealistas, mas eles são os realistas.

Infelizmente o país passa por uma situação um pouco delicada devido à falta de interesse de defender o Brasil como um todo, por vários parlamentares. O resultado está aí. Fico até triste de ver um Senador comemorando a vitória, comemorando a entrega do Brasil às multinacionais, para ele, motivo de alegria. Está nos jornais, é um senador do PFL, Elcio Álvarez, comemorando a vitória: "Valeu a pena esperar". A vitória de quem? Das multinacionais. Ele está feliz pela vitória das multinacionais. Essas coisas deixam a gente triste.

**Jornal Adunicamp:** E o que fazer?

**Mohamed Habib:** O que fazer? É a hora de mobilizar e com bastante esforço e energia toda comunidade científica brasileira para ela-



Professor Mohamed Habib, quando entrevistado pelo Jornal da Adunicamp

borar uma estratégia de desenvolvimento nos Institutos de Pesquisa e nas Universidades. Elaborar programas sólidos para impedir a queda da qualidade do trabalho acadêmico nestas Instituições. Um trabalho sólido para garantir a sua autonomia e não permitir a interferência do setor privado para transformar estas instituições só em laboratórios de prestação de serviço.

Nós temos, pelas leis destas instituições, uma das nossas responsabilidades é a prestação de serviço à sociedade. E não só ao setor empresarial ou industrial, mas toda a sociedade. Isto é, fazemos questão de manter, mas nós também temos outras duas funções que

precisam ser mantidas, e com bastante investimento, a pesquisa em si, a busca de conhecimento e o ensino. Estas são duas áreas que não podem ser abandonadas.

A comunidade científica brasileira precisa trabalhar para achar uma estratégia, um programa, e

investir na exigência junto aos governos para ter programas nacionais de desenvolvimento científico, garantindo a autonomia das universidades, garantindo as verbas destinadas às universidades, não permitindo que o governador corte as verbas das universidades, porque só se pode desenvolver um país, só se pode garantir a soberania de um país quando este país está forte em sua ciência e em sua tecnologia. A partir da ciência, resolve-se todos os problemas que a população enfrenta.

**"Infelizmente o país passa por uma situação um pouco delicada devido à falta de interesse de defender o Brasil como um todo, por vários parlamentares"**

LDB

# NOVOS RUMOS: DOS PROCESSOS E CONTEÚDOS

1ª parte

Ivany Pino

A primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), decorrente da Constituição de 1946, só foi sancionada pelo Presidente da República, em 1961, depois de uma longa e conflitante tramitação no Congresso Nacional. Resguardadas as diferenças de processo e aquelas referentes ao contexto internacional e à formação social brasileira e neles o espaço da educação, parece que a nova LDB está seguindo aquele mesmo caminho.

Iniciadas as discussões em 1988, mesmo antes de promulgada a nova Constituição, entre o primeiro ante-projeto de lei depositado na Comissão de Educação, em novembro daquele ano e hoje, o processo de tramitação da nova LDB já está no sétimo ano. Neste período, acumulando uma grande quantidade de substitutivos, apesar das divergências de interesses, expressas mesmo antes da série de audiências públicas em que foram ouvidas cerca de 40 entidades nacionais do campo educacional, inclusive órgãos do governo federal, e da série de debates com pesquisadores das Universidades e Centros de Pesquisa que ocorreram na Comissão de Educação da Câmara de Deputados, os acordos partidários - construídos no que Florestan Fernandes chamou de "conciliação aberta", realizada em intermináveis sessões de negociação de representantes do então Colégio de Líderes - e a interlocução constante com representante do Governo e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública permitiram que, em maio de 1993, fosse aprovado na Câmara de Deputados o Projeto de Lei nº 1.258-B, de 1988.

Encaminhado ao Senado Federal, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) recebeu o nº 101, 1993, tramitando com ele dois outros Projetos de Lei: o Projeto de Lei nº 45/1991, originário da Câmara, de autoria do Deputado Florestan Fernandes, que dispõe "sobre a concessão de bolsa de estudo e pesquisa aos pós-graduandos e dá outras providências"; o Projeto do Senado, de nº 208/1989, da autoria do Senador Jorge Konder Bornhausen, que dispõe "sobre os objetivos da educação superior, estabelece critérios para a organização e funcionamento das universidades brasileiras e dá outras providências".

Na Comissão de Educação do Senado o PLC 101 teve como Relator o Senador Cid Sabóia que, na tramitação do projeto, teve o cuidado de preservar as mesmas características de sua construção na Câmara, ou seja, privilegiou os interlocutores dos partidos políticos e o representante do governo e, em audiências públicas, ouviu representantes de entidades e pesquisadores do campo educacional, além de várias audiências com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Este processo permitiu ao relator construir consensos em torno das divergências que aperfeiçoaram, sobremaneira, o projeto da Câmara, de um lado, retirando os então considerados detalhes e, de outro lado, sua reorganização, tornando-o mais "enxuto". "Detalhista" e "engessante" da educação eram os adjetivos mais correntes usados como crítica ao projeto.

O Parecer nº 250 do Relator Cid Sabóia (CS) apresentando substitutivo ao PLC 101 de 1993 foi aprovado na Comissão de Educação do Senado somente no dia 30 de novembro de 1994. O referido parecer, adequadamente, desanexa o PLC nº 45/91, muito embora considere a matéria "justa e oportuna", porém descabida na LDB "por tratar de tema específico, a ser contemplado em lei própria". O Relator opta pela "prejudicialidade não só do Projeto de Lei do Senado nº 208/89, como das Emendas a ele apresentadas" pelo fato do "seu objeto encontrar-se contemplado no Projeto de LDB proveniente da Câmara, com tratamento ora semelhante, ora distinto"(CS)

Em relação ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 67 de 1992 de autoria do Senador Darcy Ribeiro que igualmente "define diretrizes e bases da educação nacional" identifica-se sua presença no Substitutivo CS, seja através de dispositivos que, através de emendas, lhe foram inteiramente incorporados, seja pela referência que o foi para seu aperfeiçoamento como um todo, inspirado, nas palavras do Relator, "pela comparação empreendida com o PLS nº 67/92"(CS).

No caso dos dispositivos incorporados destaque o art. 15 sobre a instituição de um processo nacional de avaliação do rendimento escolar, sob a responsabilidade da União em colaboração com os sistemas de ensino, tendo como objetivo a orientação da política educacional e o art. 57, no seu parágrafo único, que faculta a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Quanto ao papel de referência que jogou o Projeto do Senador Darcy Ribeiro ele é identificável em todo o projeto, porém, mais claramente em alguns capítulos, como nos iniciais como por exemplo a fusão dos fins e dos princípios da educação nacional (cap. II e IV) e sua consequente reorganização, o capítulo sobre a organização da educação nacional e sobretudo o referente à organização escolar (educação básica).

O Substitutivo Cid Sabóia encaminhado ao plenário do Senado (12/12/94) entra na nova Legislatura, iniciada em fevereiro de 1995, com o Congresso Nacional reconstituído (igualmente o Poder Executivo) em decorrência das eleições de 1994. Inaugura-se outra etapa de tramitação do Projeto da LDB, tendo como configuração um distinto cenário político com novas articulações e constelações de forças. O PSDB no governo, tendo estabelecido novas alianças com Partidos do centro-direita, movimentou, de fato, o jogo político interferindo na esfera legislativa em posições partidárias relativas ao projeto da LDB e, na executiva, imprimindo novos interesses. O primeiro indicador da manifestação do governo do seu desinteresse em relação não só ao substitutivo em tramitação no Senado, como principalmente ao Projeto aprovado na Câmara, foi o requerimento de autoria do Senador Beni Veras (PSDB-Ce) apresentado à mesa do Senado solicitando o retorno do PLC 101/93 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Esse retorno deflagra os novos rumos do projeto dentro de nova correlação de forças delimitando novo campo de luta.

Oficialmente, o Relator escolhido na CCJ foi o Senador Darcy Ribeiro, muito embora o

primeiro Parecer que circulou não oficialmente, tenha o nome do Senador Roberto Requião -PMDB -Pr (Presidente da Comissão de Educação do Senado) barrado e substituído pelo nome do Senador Darcy Ribeiro.

Este Parecer, tornado público no dia 21/03/95, versa sobre os Projetos de Lei da Câmara nº 101/93 e nº 45/91 sobre concessão de bolsas de estudo e pesquisa aos pós-graduandos (desanexado no Parecer CS).

Em seu Parecer o Senador Darcy Ribeiro cita "inúmeros dispositivos de quase todos os capítulos, totalmente eivado de inconstitucionalidades (...) o que tornou sua estrutura viciada do princípio ao fim e nos impediu de aproveitá-la através de um projeto substitutivo"(DR). Observa-se que as inconstitucionalidades a que se refere o Senador são, em sua expressiva maioria, decorrentes da extinção do Conselho Federal de Educação e da consequente criação do Conselho Nacional de Educação. No limite, as inconstitucionalidades já estariam sanadas devido à Medida Provisória nº 992/1995, (várias vezes reeditada) de iniciativa do Poder Executivo (Governo Itamar Franco).

Acrescenta ainda o Senador que "um dos maiores pecados do PLC 101/93 é o excessivo (...) detalhamento" e que não vê "outra alternativa que não a (sua) rejeição"(DR).

Considera ele que o Projeto Substitutivo do Senador Cid Sabóia mantém a mesma estrutura do 101/93, portanto "grande parte das inconstitucionalidades e do excessivo detalhamento" e, face a outros argumentos que ele apresenta, o Senador expressa o seu voto pela rejeição de ambos, tanto o 101/93, quanto o Substitutivo CS.

Em relação ao PLC nº 45 o Senador rejeita 5 dos seus 10 artigos e apresenta novo Projeto Substitutivo sobre a LDB.

A votação imediata do referido Parecer (DR) na CCJ e sua aprovação em Plenário do Senado trariam como consequência a eliminação definitiva tanto do Projeto da LDB aprovado na Câmara de Deputados, quanto do Substitutivo Cid Sabóia, até então em tramitação no Senado. De fato, esta estratégia regimental - escolhida entre quatro alternativas (apresentadas pelos assessores do Presidente da Comissão de Educação) pelo Governo e o Senador Requião - permitiria ser enviado à Câmara somente o substitutivo do Senador Darcy Ribeiro, se aprovado em plenário do Senado, na categoria de projeto único. Aos Deputados, em Plenário da Câmara, caberiam, somente, duas alternativas: ou a aprovação do Projeto Darcy Ribeiro ao qual, regimentalmente, não caberia mais emendar ou, sua rejeição. Esta alternativa provocaria o vácuo, isto é, não mais existiriam projetos sobre LDB. Tudo deveria recomençar...

Com a votação na CCJ prevista para o dia 23/03/95 foi realizada Audiência Pública, no dia 22/03/95, por solicitação do Senador Esperidião Amin, com a presença de Senadores (10), de Deputados (30), representantes do MEC (Secretários Executivo e de Política Educacional), do CRUB, ANDIFES, ANDES, Universidades, CNTE, CEDES, CNI, UNE, SENAI e outros.

Esta audiência deu visibilidade às posições na nova constelação política, mostrou que expressiva maioria dos presentes, inclusive Parlamentares, estavam insatisfeitos em relação à estratégia (que ganhou visibilidade como ma-

nobras regimentais) utilizada pelo Governo e alguns Senadores, evidenciando a tensão entre Câmara e Senado; colocou o Relator face a nova situação tendo que posicionar-se à críticas feitas a seu projeto e provocou uma dilatação de mais 20 dias para a votação na CCJ.

O Senador apresentou seu segundo Parecer (03/04/95), seguido por um terceiro (28/04/95) e um quarto (03/05/95).

Seu último Parecer precedeu em minutos o início da reunião conjunta da CCJ e da Comissão de Educação do Senado, alegando o Senador que sua última versão continha apenas "algumas alterações de redação" o que gerou desconforto entre Senadores e, face aos protestos, foi pedido vistas ao Projeto pelos Senadores Amin e Benedita da Silva, concedido, pela Mesa, por 24 horas.

Um acordo realizado ainda na mesma tarde em reunião do Ministro da Educação com alguns Senadores versou sobre a mudança do Parecer do Relator que não mais pleitearia a rejeição do PLC 101/93, mas lhe apresentaria um substitutivo, implicando que ambos fossem a Plenário.

Assim, no dia 04/05/95, em reunião conjunta da CCJ e da Comissão de Educação, os membros da primeira votaram o parecer do Senador, com a seguinte redação no que se refere a proposição do voto: "Concluindo, expressamos nosso voto pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1991, e do Projeto Substitutivo do Senador Cid Sabóia de Carvalho e favorável ao PLC 101, de 1993, na forma do substitutivo a seguir, no que diz respeito à constitucionalidade e à boa técnica legislativa".

A chegada em Plenário do Parecer DR (nº 307/95) abriu novo prazo de emendas ao PLC 101/93 recebendo 57, o que provocou sua volta às Comissões CCJ e Educação. O Relator sobre as emendas de Plenário continua o Senador Darcy Ribeiro que poderá apresentar novo substitutivo. No retorno ao Plenário serão votados os projetos: 101/93 (projeto central), o Substitutivo Cid Sabóia e os três Substitutivos do Senador Darcy Ribeiro.

Apesar das muitas dúvidas que pairam sobre a futura tramitação do Projeto da LDB, a recuperação do Substitutivo CS é uma forte indicação de mudança de rumo no processo.

Hoje, na tramitação do Projeto no Senado, já não são mais tão evidentes que mudanças de interlocutores, aliança alicerçada com o governo e tentativa de marginalização do Fórum, sejam os caminhos mais adequados, como estratégias, para garantir a aprovação de um outro "novo projeto de LDB".

O Fórum tem se fortalecido em suas ações e na sua representação no Congresso. Destaco como indicadores do seu fortalecimento a volta ao Plenário do Substitutivo CS e o Seminário promovido pelo Fórum no Congresso, com a presença do ex-senador Cid Sabóia.

Os últimos acontecimentos reforçam também os novos rumos das articulações políticas. O Governo acaba de convidar o Fórum (01/06/95) para uma conversa; o Senador Darcy Ribeiro manifestou-se aberto ao debate e o Líder do PMDB declarou não aceitar a forma como está sendo conduzida a tramitação do Projeto da LDB no Senado. Campinas, 02/06/1995.

(1) Agradeço à Zuleide Teixeira os comentários a este artigo.

Ivany Pino é professora da Faculdade de Educação/Unicamp, presidente do CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), membro do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. A segunda parte deste artigo será publicada na próxima edição.

## POLÍTICA ECONÔMICA

# O PLANO REAL NUMA CONVERSA AO POR DO SOL

José Ricardo Figueiredo

**C**onversa ao Por do Sol”, iniciativa dos professores Wilson Cano (IE) e Renato Dagnino (IG), é um programa de palestras multidisciplinares, gostosamente informais, que vem sendo realizadas no Restaurante do Lago às quintas-feiras, às 17:30 horas.

Presente ao primeiro dia desta série de conversas (04/05/95), considero valiosíssimo registrar um pouco do que se pôde ouvir ali.

Na abertura do evento, o prof. Cano criticou a política do governo do Estado para com a educação e a pesquisa, mencionando dois aspectos. O primeiro foi o fato que o projeto da LDO para 1996 congela os valores do orçamento destinados à

universidade aos níveis reais de 1995, descumprindo o percentual de 9,57%, e assim violando a autonomia universitária. Em segundo lugar mencionou a ameaça do governo

descumprir também a destinação de 1% da carga tributária para a FAPESP. Concluiu conclamando a comunidade científica a se pronunciar vigorosamente contra esta política.

A palestra deste primeiro encontro teve por título “O Plano Real Acabou?”, ficando a cargo do prof. João Manuel Cardoso de Mello (IE).

Para o prof. João Manuel, o Plano Real foi constituído basicamente por duas coisas: um truque e um mecanismo anti-inflacionário efetivo.

O truque ocorreu no início do plano. No período de vigência da URV o governo permitiu uma fortíssima aceleração da inflação e da concentração de renda. Em seguida veio o congelamento destes baixos níveis de renda dos assalariados.

O mecanismo anti-inflacionário efetivo foi o das importações, cujo nível duplicou neste período graças a uma taxa de câmbio valorizada. O déficit comercial decorrente, projetado pelo próprio governo entre

12 e 15 bilhões de dólares no primeiro ano do Real, seria financiado com a entrada de capitais especulativos atraídos pelos altos juros internos. Este modelo é insustentável em si mesmo.

Depois da quebra do México, o programa anti-inflacionário do Plano Real foi abalado, com uma pequena desvalorização do real - já suplantada pela inflação

subsequente - e outras medidas. Apesar da pequena desvalorização, o Plano Real, em seus fundamentos, já acabou. A inflação atual atinge 3%, em alguns meses deverá atingir 4 a 5%, e a economia se reindexará automaticamente.

O prof. João Manuel insistiu na fragilidade evidente da contenção da inflação via importações e altos juros: “No IE, desde 1992 já dizíamos que o México iria quebrar”. E indaga: “Por que um plano tão frágil teria tanto apoio?”

Respondendo à própria indagação, observa, em primeiro lugar, que esta política de ajustamento vem de fora. Na década de 80 a questão central para os países centrais, EUA em particular, era assegurar o recebimento da dívida externa; em decorrência o ajuste imposto aos devedores era no sentido de incrementar as exportações destes países, garantindo sua capacidade de pagamento. Hoje, quando os EUA precisam compensar seu déficit

comercial com o Japão, o ajuste que propõem à América Latina é no sentido oposto: aumentar nossas importações, e portanto as exportações americanas.

Neste ponto o prof. João Manuel acrescentou um depoimento pessoal acerca de sua experiência na mesa de negociação com os credores internacionais na gestão do ministro Funaro, onde observou que a postura dos negociadores americanos era explícita: “Vocês tem que fazer isto: primeiro, segundo, terceiro. Estes são os interesses da indústria americana”. E completou: “Houve um tempo em que se falava de imperialismo, e todo mundo acreditava nisso. Depois, começaram a dizer que isto não existia, e eu próprio achei que havia muito exagero nesta conversa acerca de imperialismo. Mas na mesa de negociação eu vi que o imperialismo era tal e qual se falava antes”.

Em seguida João Manuel abordou os interesses internos que dão respaldo a esta política, e destaca particularmente o papel da classe média atraída por importações e viagens baratas. A mídia tem um papel central ao estruturar suas análises em torno do “consumidor”, figura individualista que não pensa o país, os trabalhadores.

Constatou por outro lado que o pequeno e médio empresariado, particularmente no setor de serviços, vem tendo margens de lucro

elevadíssimas, aliadas à sonegação fiscal.

João Manuel comentou por fim o quadro político depois do processo de abertura democrática. Apesar de conquistas inegáveis, como poder se manifestar sem medo de ser preso ou de desaparecer, o processo de abertura redundou na vitória do projeto do Gal. Golbery: mudar o regime para manter o poder.

Mencionou o monopólio da imprensa, que elegeu Collor e Fernando Henrique Cardoso, e o monopólio da terra, com a destruição da pequena propriedade. Sintetizou lembrando a desigualdade social e o crescimento da violência, concluindo que “a catástrofe social já veio”, pois “um país não pode funcionar na base do individualismo”.

Respondendo já a uma pergunta da platéia, João Manuel acrescentou que o corte de gastos públicos e de investimentos sociais tem, como outra base de sustentação política interna, o setor bancário: “O balanço do Bradesco mostra lucro líquido de 1,2 bilhões de dólares em 1994. Bancos pequenos tem tido lucros de 200 ou 300 milhões. Por que? Devido a uma taxa de juros absurda, que consome os recursos públicos”.

Outra pergunta da platéia foi se a salvação do Plano Real seriam as reformas constitucionais, tal como vem apregoando os comentaristas econômicos da grande imprensa. João Manuel respondeu com um categórico não, pois as reformas pretendidas nada têm a ver com a política cambial.

**O pequeno e médio empresariado, particularmente no setor de serviços, vem tendo margens de lucro elevadíssimas, aliadas à sonegação fiscal.**

Calcula que, desde o início do Plano Real, tenhamos perdido 17 bilhões de dólares, e que as reservas estariam hoje em 24 bilhões apenas. Este esvaziamento das reservas não seria modificado pelas

reformas propostas.

Fica assim registrado, com as limitações do presente autor, a importante análise do Plano Real pelo Prof. João Manuel.

José Ricardo Figueiredo é professor da Faculdade de Engenharia Mecânica/U-nicamp.

# ENERGIA É, SIM, DE INTERESSE PÚBLICO

Oswaldo Sevá Filho

A civilização industrial começou há dois séculos com a devastação dos bosques e a mineração do carvão, e se revigorou há um século com o surto do petróleo e as invenções dos motores e da eletricidade. Somos hoje totalmente dependentes dos derivados de petróleo e da energia elétrica, o que foi previsto por alguns dirigentes há muitas décadas:

- ✓ preparando as forças navais britânicas para a 1ª Grande Guerra (1914-18) lorde Churchill determinou que os navios, que patrulhavam os interesses do império "onde o sol nunca se punha", trocassem o seu principal combustível, de carvão para derivados de petróleo;
- ✓ vitorioso na Revolução Russa de 1917, Lenin traçou a síntese do seu comunismo desenvolvimentista: o funcionamento dos conselhos políticos (soviets) mais a eletrificação de todo o país; e designou seu parceiro Trotski para organizar o Exército e as ferrovias, especialmente o transporte de carvão e de derivados de petróleo.

Obter combustíveis e eletricidade a partir das fontes da natureza requer o acesso, e muitas vezes, a conquista militar de terrenos e de posições territoriais onde se possa abrir minas de carvão, construir ferrovias e portos, furar poços de petróleo e de gás, extrair ou plantar árvores para se obter lenha e carvão vegetal, barrar os rios e formar reservatórios para gerar eletricidade.

Por isto, não é irrelevante nem descabido perguntar-se: afinal, a quem pertencem os rios, os mares, o solo, o subsolo? e, quem decide, e como, a utilização destes recursos, para tais fins, num dado momento ou em outro?

Ora, teria sido uma outra história, bastante distinta, se o industrialismo privado e os Estados fossem aguardar,

da parte de toda a sociedade, de seus muitos agentes, as respostas e os critérios, para então se apropriar e valorizar as fontes potenciais de energia. De fato, foram resolvendo ao seu modo, freqüentemente por meio da dominação política, da coerção, como fazer funcionar o suprimento de energia para suas fábricas, seus bancos, suas forças armadas. E, para isto, mobilizaram milhões de pessoas, por gerações em seguida, e canalizaram as maiores somas de recursos financeiros que se conhece.

Os derivados de petróleo e a eletricidade são, ao mesmo tempo, mercadorias valiosas, que podem alavancar um fluxo de lucros, vindos de mercados imensos, quase cativos, e atividades e serviços licenciados e concedidos pelo Estado, que também cobra aí uma soma polpuda de impostos, e, ainda, por meio de sua política de tarifas e preços de venda, transfere grandes somas de dinheiro entre setores da sociedade (no caso brasileiro, agravando-se com isto, a concentração de renda). Por tudo isto, são fontes de muito poder na sociedade, e nas relações entre os países. Esquecer-se disto pode ser apenas falta de informação e de conversa a respeito; omití-lo ou escamoteá-lo é despolitizar esta grande dependência que todos temos, destas mercadorias energéticas tão especiais, estruturantes de nossa civilização.

A situação da chamada "matriz energética" brasileira tem alguns trunfos inegáveis: por exemplo mais de 60 por cento de nossa energia primária (obtida e mensurada na fonte) provêm das matas, dos eucaliptais, dos rios, que são fontes potencialmente renováveis, apesar de seus grandes impactos sociais e ambientais. Mas tem também incongruências e absurdos quase burros, por exemplo:

a - um sistema de transportes de cargas e passageiros com predominância, quase hegemonia, das rodovias sobre as ferrovias e a navegação;

b- muitos pontos de desperdício, de ineficiências sabidas mas mantidas assim mesmo, de negligências sucessivas que tornam o aproveitamento final da energia uma fração muito menor do que poderia ser, com as técnicas disponíveis;

c- importamos produtos que poderíamos obter aqui mesmo, com nossas reservas; compramos nos mercados internacionais carvões e óleos crus de baixa qualidade, poluentes;

d- tratamos muito mal, ou não tratamos, grandes vazões de efluentes contaminantes lançados nas atmosferas e nas águas; não reciclamos quase nada de nossos metais, vidros, sucatas, embalagens, plásticos, restos em geral... o que implica necessariamente em uma maior extração de matérias-primas e num maior gasto de energia;

e- temos reservas importantes de petróleo e de gás natural em várias regiões do país, e podemos ser exportadores, ao invés de importadores de óleo cru, gás natural e derivados;

e mais... f- podemos fabricar aço e ligas metálicas variadas com o uso de carvão vegetal, que poderia ser obtido cada vez mais das glebas reflorestadas, e cada vez menos das matas nativas; mas, ao contrário, vem aumentando o peso relativo da siderurgia a coque mineral, hoje todo importado, e muito mais poluentes e insalubre do que o vegetal;

g- incentivaram a poderosa classe dos usineiros para produzir álcool de cana para veículos leves; as metas foram descumpridas, e, há alguns anos, vão misturando metanol (que é de origem fóssil e mais perigoso para a saúde) para completar o que os usineiros não produzem; prossegue o enorme desperdício energético do ciclo de produção e industrialização da cana;

h- temos mais de 40 mil km quadrados sob as águas dos reservatórios artificiais (construídos para gerar eletricidade, e uma pequena parte, para abastecimento de água potável para cidades e para irrigação, algo como a metade da área de Santa Catarina; se

forem aproveitar todos os trechos de rios com potencial hidráulico, nossos descendentes terão algo como a metade de São Paulo (Estado) sob as águas; perdemos e perderemos terras ribeirinhas, áreas plantadas e com benfeitorias, várzeas, cachoeiras deslumbrantes, ...para desperdiçar eletricidade, para vendê-la abaixo dos custos, justamente para os principais consumidores, que dificilmente farão qualquer economia, qualquer aperfeiçoamento importante: indústrias e sistemas eletro-intensivos (por exemplo fabricação de alumínio, cobre e outros metais, fabricação de cloro-soda, refino de petróleo, indústria petroquímica, celulose; e também shoppings centers, iluminação de estádios, grandes prédios mal isolados e mal ventilados...).

Tais situações não são apenas objeto de preocupação por parte dos engenheiros, economistas e planejadores (ainda bem, aliás!), mas dizem respeito a cada um de nós, cidadãos, contribuintes, pagadores de contas de luz e de tanques de combustíveis, vizinhos de empreendimentos energéticos; e, é claro, têm muita importância para os trabalhadores destes setores. É exatamente o que se passa hoje, nos países politicamente mais avançados, mais democráticos, onde os interessados se organizam cada vez mais, para se informar melhor, para participar de decisões tão cruciais, que interferem com o dia-a-dia de cada um e com as possibilidades futuras para o país e para o planeta.

Oswaldo Sevá Filho é professor da Faculdade de Engenharia Mecânica/Unicamp.

**"A situação da chamada  
"matriz energética"  
brasileira tem muitos  
trunfos inegáveis"**

# A DUNICAMP

## REPENSANDO A POLÍTICA ENERGÉTICA

Prof. André Furtado

Maio de 1995

**A** atual crise mundial e a emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias intensivas em informação, implica numa redefinição dos arranjos institucionais que caracterizaram o sistema capitalista tanto nos países centrais como periféricos, entre os quais se situa o Brasil. A mudança de paradigma tem óbvios reflexos sobre o setor energético que esteve no coração do antigo período de prosperidade, baseado no paradigma fordista. Os arranjos institucionais que acompanham a emergência de um novo paradigma não são nem unívocos e nem neutros, em termos políticos. Por essa razão, devemos ser cautelosos em períodos de redefinição do modelo institucional, principalmente porque essas mudanças se revestem de um caráter quase irreversível. Para podermos entender quais são os desafios da atual crise, façamos uma breve recapitulação da racionalidade do antigo modelo institucional que imperou no setor energético.

### 1) A importância do setor energético

A energia entendida como recurso e como bem que circula no sistema econômico sempre foi uma preocupação central de política pública. Existem várias razões que justificam essa importância da energia:

- ela é um insumo universal, que está presente em toda atividade humana da esfera da produção à do consumo, passando pelo deslocamento de pessoas e mercadorias. Absolutamente todas as atividades humanas requerem, em maior ou menor grau, o uso de energia;

- a produção, transporte e distribuição de energia, nas sociedades industriais modernas, é uma atividade intensiva em capital, que apresenta importantes economias de escala. De tal forma que a produção e distribuição dos energéticos mais modernos (derivados de petróleo e eletricidade) conduz em geral a formação de monopólios naturais, ou seja, a concentração numa só empresa integrada do conjunto dessas atividades. Cabe lembrar que a Lei Sherman Anti-trust dos Estados Unidos, em 1890, teve como principal motivação a vontade da sociedade americana de combater o quase-monopólio da Standard Oil;

- as formas mais modernas de energia são um fator muito importante para o desenvolvimento de regiões ou países atrasados. A presença desse fator é capaz por si só de induzir a implantação de atividades agrícolas e industriais. Consciente desse impacto, os projetos energéticos tem sido um instrumento privilegiado de atuação do Estado;

- a energia tem uma importante função social, uma vez que a difusão do uso das formas mais modernas de energia acarreta uma sensível melhora do bem-estar de populações pobres. Por essa razão a venda de produtos energéticos subsidiados tem sido usado amplamente como instrumento de distribuição de rendas nos países periféricos.

- finalmente cabe salientar que todas essas razões e energia assume um caráter estratégico

sendo considerada pelos Estados Unidos como um assunto de segurança pública. Mesmo porque em situações de guerra a sobrevivência da economia de um país e de seu exército pode ser minada por desabastecimento energético.

### 2) Os níveis de intervenção do Estado

O Estado pelas numerosas razões elencadas anteriormente se viu no fireito e na atribuição de intervir no setor energético. Essa intervenção se consolida a partir da difusão do paradigma fordista, no qual o Estado passa a assumir um papel mais ativo no processo de industrialização. No Brasil, esse período se confunde quase com o próprio processo de industrialização do país. O novo modelo institucional que legitima a intervenção do Estado no setor data dos anos 30, na mesma época em que se consolida o processo de industrialização por substituição das importações. Esse modelo comporta dois níveis fundamentais.

O Estado atua através da regulamentação do setor. No arcabouço legal montado durante a década de 30, no Código das Águas e de Minas, o Governo Federal passa a controlar o uso dos recursos hídricos e a ter a propriedade do subsolo. Esse sistema permite que o Estado, através do regime de concessão, assegure que o uso de recursos seja feito em nome da utilidade pública. Esse regime prevê que o Governo possa cancelar uma concessão, caso a empresa concedente não atenda ao interesse público, por não cumprir os compromissos acordados no contrato. Ele também permite a expropriação de áreas consideradas de interesse público. O arcabouço legal montado durante a década de 30 prevê que o lucro das empresas concedentes seja controlado. Ao tratar-se de atividade de interesse público e ao ser um monopólio natural, a empresa não pode ter uma lógica de maximização do lucro. Ela deve ser remunerada de acordo com seus custos, mais uma margem beneficiária prevista no Código das Águas, para o caso da energia elétrica. De forma que a fixação da tarifa de energia elétrica passa a ser atribuição de órgão específico do governo federal.

O arcabouço legal erguido durante a década de 30, não foi suficiente para responder aos desafios colocados pela industrialização no pós-guerra. Esse arcabouço legal entrou em conflito com o capital estrangeiro, que detinha o controle das principais empresas setor elétrico, por causa da política tarifária e das claras restrições que foram colocadas, no Código das Águas, às concessões novas áreas para empresas estrangeiras. No petróleo, as empresas multinacionais nem sequer chegaram a considerar a possibilidade de implantar essa indústria no país, tanto na extração como no refino.

Essas situações levaram o Governo Federal a assumir uma posição cada vez mais ativa do lado da produção, criando suas próprias empresas públicas. No caso do petróleo, em função fundamentalmente de movimentos populares que expressavam complexos conflitos entre as elites, optou-se por conceder legalmente o monopólio do conjunto dessas atividades a uma única empresa estatal: a Petrobrás. No caso da eletricidade, a montagem institucional foi mais complexa porque ela envolveu uma maior multiplicidade de atores, porém a lógica

do crescente controle público e da centralização imperou. Afinal, nesse tipo de indústria a razão técnica-econômica conduzia naturalmente a concentração e a verticalização.

Podemos dizer que até recentemente, esse modelo institucional respondeu satisfatoriamente as necessidades da acelerada industrialização e urbanização do país. O que é mais, ele serviu de base para a constituição de políticas industriais e tecnológicas com certo grau de sucesso, sobretudo no período da década de 70 e 80. No entanto, as contradições foram grandes entre esse modelo institucional e os objetivos de curto prazo da política econômica, sobretudo a partir da crise que surge já em meados da década de 70. O conflito mais claro se manifesta no plano da política tarifária, que passa, cada vez mais, a ser orientada pelo imperativo de combater a inflação, conduzindo a uma crescente asfixia das empresas desse setor. Convém assinalar que o período de redemocratização do país, após 1985, aumentou consideravelmente o clientelismo, sobretudo das empresas elétricas, aprofundando o seu colapso econômico.

### 3) Redefinido o papel do Estado

Algumas das verdades que serviram para elaborar o modelo de institucional que se consolidou no pós-guerra estão perdendo pertinência. Assim, recoloca-se em questão a importância que sempre foi dada ao setor energético, em termos de definição de política econômica. O pressuposto segundo o qual o controle público desse setor é fundamental para a autonomia nacional, não é tão mais convincente. Sabe-se que a raiz do acelerado desenvolvimento do pós-guerra, o setor energético perde cada vez mais importância na cena econômica em benefício de outros setores com maior valor agregado e conteúdo tecnológico, como a indústria automobilística, eletro-eletrônica e química. No caso brasileiro, esses setores passam em grande ao controle das empresas multinacionais, a partir do processo de industrialização pesada do país. Portanto, embora o setor público tenha avançado no campo da energia e em outros setores básicos da economia, ele não logrou modificar radicalmente a condição de dependência tecnológica da economia brasileira. De forma que o conceito de estratégico mudou de posição dentro da indústria. Porém essa crítica não chega propriamente a desmerecer o papel do Estado no setor energético, senão que ela coloca a necessidade de uma extensão de política nacionalistas a outros setores considerados mais "quentes" em termos tecnológicos, o que de fato ocorreu no Brasil, desde meados dos 70 até a virada dos 90.

A mudança mais importante nos alicerces conceituais vem ocorrendo em outra frente. Ela tem origem na corrente liberal, ao contrário da outra que é dependentista. Ela se baseia em novas vertentes da teoria econômica que contestam o arcabouço nekeynesiano, o qual servia para justificar a participação do Estado na economia. Essa mudança questiona o conceito de monopólio natural, sobre o qual se assenta o edifício da intervenção do Estado como produtor e redefine seu papel de regulador. Volta-se novamente a colocar que a concorrên-

cia representa o melhor meio de aumentar a eficiência dentro do sistema econômico, mesmo em setores que apresentem elevada propensão para a concentração. A concorrência não precisa ser necessariamente real, ela pode ser virtual. Graças a ela a empresa é levada a buscar a eficiência, ao contrário da situação de monopólio. Porém para isso o Estado deve redefinir seu papel regulador para promovê-la.

Ao lado dessa maior eficiência, a concorrência estaria abrindo espaço para as inovações de processo e de produto que o novo paradigma tecnológico estaria possibilitando no campo da geração e da distribuição de energia. No caso da energia elétrica, teríamos as novas tecnologias geração baseadas no gás natural (centrais de ciclo combinado), que além de serem muito mais eficientes e limpas, apresentariam a vantagem de escapar das enormes economias de escala e dos longos ciclos de maturação das centrais clássicas (hidrelétricas ou termoneucleares). Isto estaria abrindo novas perspectivas de investimento para o capital privado nesse setor, considerado como sendo pouco rentável. As novas tecnologias estão também revolucionando o conceito de produto homogêneo que embassa o monopólio público. O novo paradigma de produção flexível que está surgindo abriria espaço para importantes inovações de produtos e de serviços, seguindo as necessidades do cliente e possibilitando o surgimento de uma grande variedade de empresas especializadas na etapa de distribuição.

### 4) As Novas Propostas Institucionais

Como é possível passar concretamente de uma situação de monopólio, para outra de mercado concorrência, teoricamente mais desejável sob a ótica da eficiência. Na realidade, reconhece-se que ainda certas infra-estruturas guardam eminentes características de monopólio natural: duplicá-las ou triplicá-las seria evidentemente completamente anti-econômico. Este é o caso das redes de transmissão e de distribuição de energia elétrica, da rede de gasodutos e oleodutos e terminais petrolíferos. A única solução seria a desintegração, quebrando com uma velha verdade do paradigma anterior que são as economias de integração das empresas. As atividades de produção e de distribuição seriam desmembradas e abertas a concorrência, enquanto a rede se manteria sob o controle estatal. Este é o modelo que foi encaminhado no caso brasileiro para o setor elétrico, sendo que uma proposta análoga foi cogitada para o petróleo, não tendo tido continuidade.

Para que a desintegração possa funcionar, é necessário reformular o sistema legal que é considerado como demasiado restritivo a concorrência. Daí a necessidade de eliminar as restrições legais que de certa forma freiam a mobilidade do capital, como as restrições ao capital estrangeiro, às empresas privadas e mesmo regionais. O arcabouço legal deve abrir-se a inovações de produto, dando maior autonomia para as empresas definir novas modalidades de relacionamento com os clientes. Esta é a chamada desregulação que acompanha o processo de ruptura dos monopólios.

Finalmente, para coroar o processo de retirada do Estado, recomenda-se a privatização. Esta ao permitir que as estatais adquiram maior autonomia com relação ao Estado e passem a prestar contas aos seus acionistas, deveria levá-las a aumentar sua eficiência e a acabar com o clientelismo. No entanto, na maior parte dos casos, a privatização busca solucionar problemas de caixa do Tesouro.

André Furtado é professor do Instituto de Geociências/Unicamp.

# POSSE

## DISCURSO DE POSSE DA PRESIDÊNCIA DA ADUNICAMP

**Luís Carlos Guedes Pinto**

com imensa satisfação que registramos entre nós a presença do Prof. José Martins Filho, e desejamos destacar que esta é a primeira vez em que um Reitor da Universidade comparece à posse da Diretoria da ADUNICAMP, o que muito nos honra. Cabe destacar, ainda, que o Prof. Martins no momento é o Presidente do CRUESP.

Em nome dos colegas que se dispuseram a constituir a chapa que neste momento assume a direção de nossa Associação - e que ao mesmo tempo, como todos sabemos, renunciam parcialmente à sua própria carreira acadêmica - em nome desses colegas, desejo expressar, ainda que de forma sucinta, os pontos que consideramos fundamentais e que vão orientar a nossa atuação na ADUNICAMP.

Preliminarmente queremos destacar que, sem descuidar das condições que consideramos indispensáveis para a realização de nossos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão - em especial salários compatíveis com a dedicação integral e exclusiva - nossas preocupações vão muito além das questões que envolvem as relações de trabalho dos docentes com a Universidade.

De fato, o próprio nome da chapa, Universidade e Sociedade, revela nossa inquietação no sentido de colocar a UNICAMP, cada vez mais, a serviço daqueles que a mantém, com vistas à construção de uma sociedade desenvolvida mais justa e menos desigual. Isto significa, concretamente, que a política e a prática do ensino, pesquisa e extensão devem estar sendo constantemente questionadas e avaliadas no sentido de se verificar se estão, de fato, coerentes com aquele propósito essencial.

Neste momento em que o Governo Federal está propondo uma série de reformas na Constituição de 1988, consideramos que a Universidade não pode manter-se à margem deste debate de interesse nacional e cujo resultado afetará profundamente o futuro do país.

O encaminhamento leviano e precipitado do processo de privatização, de quebra de monopólios, da redução dos controles do poder público, das mudanças na previdência entre outros, sem uma discussão prévia de uma questão fundamental e anterior, ou seja, que sociedade queremos edificar e em que direção pretendemos caminhar de forma consciente e planejada, ou seja, qual o projeto nacional e o que cabe ao Estado nesse processo, é uma temeridade. Não se pode esquecer que o desenvolvimento brasileiro, apesar de todas as suas distorções, só foi possível graças à função indutora e estimuladora do Estado, sem dúvida, o principal responsável por este processo. De outro lado, todos os países de desenvolvimento recente, em particular os asiáticos, frequentemente citados como exemplos, também tiveram no poder público um agente essencial, definidor,

financiador e condutor das transformações econômico-sociais. Corremos assim o risco de desfazer-nos de instrumentos básicos para construção da nova sociedade que desejamos, sem uma reflexão madura e pior, a preço de banana. E deixamos de comentar, para não nos alongarmos, as contradições e os enganos da política econômica, em especial política de juros, política cambial e política tributária.

A reforma relativa à previdência merece uma observação à parte porque nos atinge direta e imediatamente; ou melhor, já está nos atingindo. Consideramos urgentíssimo um trabalho conjunto entre as Associações de Docentes e as Administrações Superiores das Universidades Paulistas no sentido de acompanhar e participar deste debate, a fim de garantir nossos direitos e de sustar a corrida à aposentadorias provocada pela infeliz e equivocada condução do processo pelas autoridades federais. Aliás, o estudo da questão das aposentadorias, com todos os reflexos sobre a Universidade, precisa ser feito ou retomado e refeito, sem delongas, a fim de que não tenhamos prejuízos ou graves problemas num futuro não muito distante.

Ao nível interno da UNICAMP há temas que vem sendo discutidos há vários anos e, em alguns casos, sem consequências efetivas. É preciso retomar este debate de forma ampla e sem preconceitos, a fim de que as decisões reflitam o desejo da maioria e assim se concretizem. Entre estes temas poder-se-ia destacar: o funcionamento dos colegiados que muitas vezes correm o risco de perder sua legitimidade, tornando-se homologadores de decisões previamente tomadas; a carreira docente que, na prática, já é diferente nas três Universidades; as formas de avaliação - dos docentes, departamentos, unidades e da própria Universidade; o processo de promoção; os regimes de trabalho e seu efetivo cumprimento; o ensino de graduação; as Fundações, que só existem em função da Universidade, usando e, às vezes abusando, de sua infra-estrutura e de seu pessoal e que, considerando-se autônomos, não se vêm na obrigação de submeter-se nem mesmo ao Conselho Universitário; o ensino noturno, que em seu conjunto necessita de urgente avaliação, ao mesmo tempo em que há cursos cuja não implantação até agora não se justifica.

Consideramos indispensável, para a Universidade, a existência de um espaço para reflexão e divulgação de idéias e propostas independente da administração, o que não significa, necessariamente, em conflito com a mesma. cremos mesmo, que em muitos casos convém à própria administração que estes debates ocorram fora dos ambientes burocráticos e institucionais onde podem se dar de maneira menos comprometida, isto é, mais informal, aberta, espontânea e criativa. Desejamos inclusive, propor neste momento à direção da UNICAMP a realização de atividades conjuntas, em parceria, na medida em que acreditamos que muitos de nossos objetivos são comuns. Pode-

riamos começar, por exemplo, com a questão da previdência e da aposentadoria.

Ainda que o nosso desejo fosse o de não abordar o problema salarial - e por isso esperamos a reunião do CRUESP para preparar estas notas; pois tínhamos uma expectativa favorável - somos obrigados a fazê-lo. Embora nossos salários tenham permanecido relativamente estáveis após a autonomia financeira das Universidades Paulistas - autonomia conquistada pelo movimento docente, à revelia da administração, através de uma das mais notáveis senão a mais notável campanha da história de nossa categoria - eles permanecem defasados em especial para os docentes que se dedicam, de fato, integralmente à docência e à pesquisa. A queda do poder aquisitivo tem feito com que muitos professores, inclusive em RDIDP procurem outras fontes de renda. Trata-se de um problema sério, que já é grave em algumas unidades e tende a alastrar-se por toda à Universidade. A arrecadação do ICMS tem crescido continuamente ao longo dos últimos meses em decorrência da expansão da economia, e mesmo destinando uma soma maior de recursos ao custeio e ao investimento, há possibilidade de aumento salarial.

Assim sendo, lamentamos não apenas o índice de reajuste anunciado para o mês de maio, que consideramos aquém da efetiva capacidade financeira da Universidade, uma vez que, desde o início da autonomia, nunca foi tão baixo o comprometimento de recursos com salários num mês de dissídio, mas lamentamos também a forma como foi encerrada a negociação pelo CRUESP, sem o compromisso de novas reuniões e muito menos a formulação de uma política salarial. Sem dúvida trata-se de um imenso retrocesso que, esperamos, seja revisto pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas. Este não é o momento para polemizar, nem para entrar em detalhes sobre as planilhas das Universidades, mas queremos deixar claro que não estamos convencidos de que tivemos os ganhos que apregoa o CRUESP. O próprio Coordenador da FIPE, nos dois textos que preparou a pedido dos Reitores, diz que a questão relativa ao índice da inflação de julho de 94 é polêmica, portanto, não há razão para que a administração assumira como verdadeiro, e de forma definitiva, o índice de 6,95% e não 30,75%, ambos calculados pela FIPE. Assim sendo continuaremos batalhando pela melhoria de nossas condições de trabalho. Esperamos que prevaleça um ambiente favorável ao diálogo e à negociação, a fim de que as atividades de ensino, pesquisa e serviços à comunidade não sejam prejudicadas, uma vez que é o que menos desejamos e contraria nossa vontade.

Tendo acompanhado ultimamente o relacionamento das Universidades e do CRUESP com as associações de docentes, relacionamento este que não tem sido dos mais atentos, cremos que é nosso dever, face ao compromisso com a própria Universidade, fazer um breve comentário,

encorajado agora com a disposição ao diálogo manifestada enfaticamente pelo Magnífico Reitor ainda há pouco. Reunir-se com os dirigentes das Associações não é uma concessão nem um favor da administração. Além de um dever e de uma demonstração de respeito e consideração para com colegas que representam a comunidade docente, é uma necessidade para a instituição. Da mesma forma, o acesso amplo e irrestrito às informações de natureza administrativa e financeira sobre a Universidade e outras entidades que existem em função dela como as Fundações, por exemplo, é princípio básico elementar na gestão da coisa pública e deve ser encarado com naturalidade.

Os fatos e a própria história já demonstraram a importância e o significado das Associações, particularmente nos momentos de crise, em que a Universidade é ameaçada. É preciso que todos tenhamos clara consciência disso. Já o disse, mas nunca será demais recordar, que não fossem as associações de professores, funcionários e estudantes, através da memorável campanha que conquistou a autonomia financeira, e as Universidades Paulistas teriam sido sucateadas, como de resto aconteceu com o ensino básico, a saúde, os institutos de pesquisa e quase toda a máquina administrativa estadual, até mesmo a responsável pela arrecadação! Já surgem novas ameaças no projeto da Lei Orçamentária enviado à Assembléia Legislativa visando o congelamento dos recursos destinados às Universidades; e não sabemos o que nos reserva o futuro. Quem vai liderar a resistência contra investidas como estas? Apesar de sua autonomia formal, todos compreendemos os constrangimentos que impedem uma atuação firme e decidida da administração em defesa da Universidade, que se vê muitas vezes obrigada a omitir-se ou até mesmo a solidarizar-se com decisões que, de fato, não lhe interessam.

Portanto, tendo em vista o nosso superior interesse comum, que ultrapassa o imediato e se prolonga no porvir, esperamos a prevalência de um clima de diálogo permanente e de negociações, não apenas no que se relaciona à questão salarial - cuja revisão, através da reabertura das

negociações propomos formalmente neste instante - mas também nos demais temas que envolvem a Universidade tanto externa quanto internamente, e aos quais nos referimos anteriormente.

Concluindo, ao mesmo tempo em que nos comprometemos a dedicar o melhor de nossos esforços à Associação,

gostaríamos de recordar aos colegas que o sucesso de nosso trabalho só será possível na medida em que contarmos com a efetiva participação e colaboração da comunidade docente da UNICAMP, inclusive e particularmente com o associado número 519 da ADUNICAMP, Prof. José Martins Filho, com quem esperamos manter um permanente e cordial diálogo.

*Muito obrigado!*

*Luís Carlos Guedes Pinto é presidente da Adunicamp*

**"A reforma relativa à presidência merece observação à parte porque nos atinge direta e imediatamente."**

**"O estudo da questão das aposentadorias precisa ser feito ou retomado e refeito a fim de que não tenhamos prejuízos ou graves problemas num futuro não muito distante."**